



Gentil Sá - MME

Governança da CCEE

CP Aneel 05/24

Março de 2024




Rodrigo Ferreira - Abraceel



4 A 8 DE MARÇO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!
Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Gentil Nogueira diz que MME “vê com bons olhos” a abertura do mercado

5

Grupo Técnico discute aprimoramento da governança da CCEE

8

Abraceel Explica: Nota Técnica da Aneel estabelece frentes de trabalho com foco em concorrência isonômica no mercado

13

Monitoramento: Período Sombra

14

Abraceel na Mídia

16

Curtas

23

E o Congresso?

25

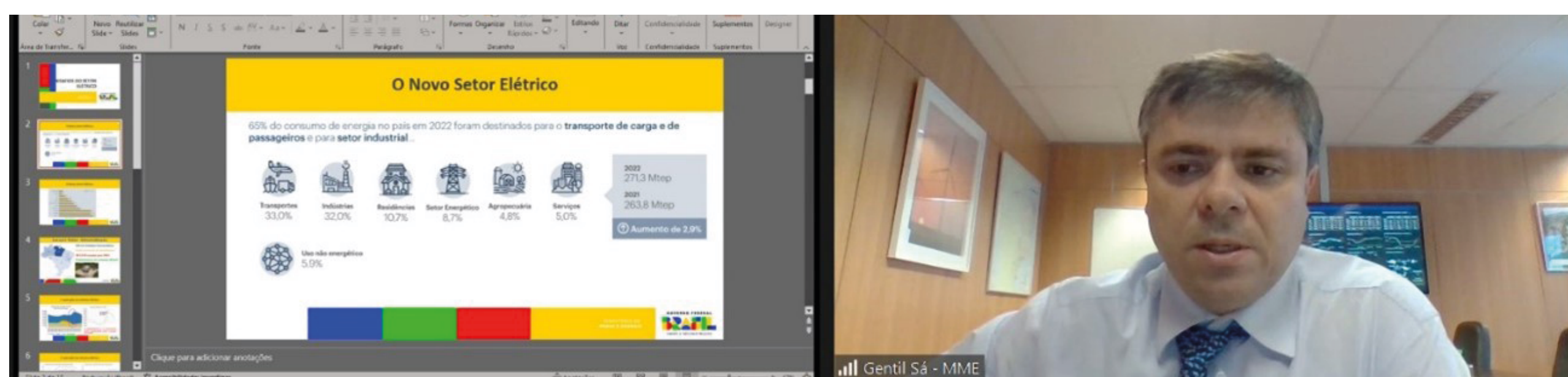
Próxima Semana

Gentil Nogueira diz que MME “vê com bons olhos” a abertura do mercado

Matéria em 1 minuto:

- Secretário Nacional de Energia Elétrica ressaltou esforços da Abraceel pela ampliação da liberdade dos consumidores, frisou a qualidade da equipe da Associação e exaltou a forma como a Abraceel se relaciona com o governo;
- Gentil Nogueira disse que MME enxerga abertura do mercado de forma positiva, mas com equilíbrio na distribuição de custos e medidas para prevenir distorções;
- Na AGO, associadas aprovaram prestação de contas e outros documentos por unanimidade.

No dia 07.03, na abertura da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Abraceel, o Secretário Nacional de Energia Elétrica, Gentil Nogueira, fez uma palestra sobre as perspectivas para a política energética em 2024 para pouco mais de 100 participantes. Em sua fala inicial, o titular da secretaria elogiou a Abraceel pela defesa em prol da liberdade de escolha de todos os consumidores, destacando a excelência da equipe interna e frisando a relação amistosa da Associação com o MME e o governo federal.



Na apresentação às associadas da Abraceel, Gentil Nogueira mencionou desafios, como a necessidade de universalizar o acesso à eletricidade, e enfatizou a expansão da matriz energética como um ponto crítico. Isso porque, explicou ele, é preciso conferir flexibilidade na operação do sistema, especialmente devido ao aumento da geração solar. O Secretário ainda mencionou que há atenção com a estrutura das tarifas no mercado regulado, que registram aumento dos encargos.

Passando pelo tema abertura do mercado, o Secretário Nacional expressou a preocupação do MME com a justa alocação de custos entre os ambientes livre e regulado, e enfatizou a importância de evitar distorções no setor elétrico. Nesse contexto, destacou que a pasta de Minas e Energia “vê com bons olhos” a abertura do mercado, pois reconhece os benefícios para os consumidores, mas frisou que o acesso universal ao mercado livre de energia precisa ocorrer de forma equilibrada.

Ao final, o Secretário lembrou que já estão agendadas reuniões entre Ministério e Abraceel para discussão de propostas para o avanço do setor.

Por unanimidade, associadas aprovam prestação de contas de 2023



Imediatamente após a conclusão da apresentação do Secretário Nacional de Energia Elétrica Gentil Nogueira, Rodrigo Ferreira, Presidente Executivo da Abraceel, transferiu a palavra a Eduardo Diniz, conselheiro da associação responsável pela condução da AGO, em substituição ao Presidente do Conselho de Administração, Alessandro de Brito Cunha.

As associadas foram apresentadas a diversas informações, como resultado financeiro e principais atividades realizadas em 2023, bem como o parecer da auditoria independente que avaliou as contas do ano passado.



As associadas aprovaram a prestação de contas de 2023 por unanimidade, incluindo auditorias, relatórios financeiros e o balanço de atividades. O auditor independente atestou a adequação das demonstrações contábeis da Abraceel e confirmou a correta aplicação dos recursos dentro das normativas estatutárias.

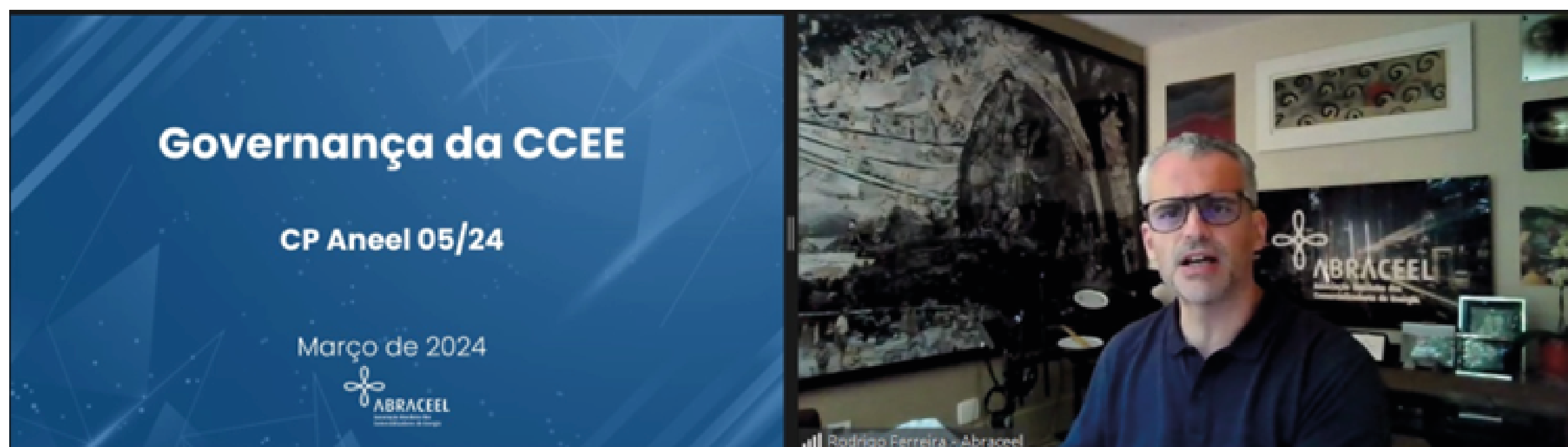
A aprovação das contas contou com a participação de 47 empresas associadas, que endossaram os resultados com 100% de votos favoráveis.

Grupo Técnico discute aprimoramento da governança da CCEE

Matéria em 1 minuto:

- Associadas apoiaram proposta da Aneel para que Assembleia Geral eleja e destitua os membros da Diretoria da CCEE;
- Será sugerido pela Abraceel que o orçamento possa ser aprovado no CAAd somente quando a proposição da Diretoria não ultrapasse o reajuste do IPCA nos 12 meses precedentes. Caso ultrapasse, a proposta é que a deliberação do orçamento caiba à Assembleia Geral;
- Dado o prazo curto da consulta pública, a minuta de contribuição enviada ao Grupo Técnico recebe sugestões das associadas até hoje, dia 08.03.

No dia 04.03, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir o tema da Consulta Pública 05/2024 da Aneel, que trata, entre outras questões, de aperfeiçoamentos na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, dadas as alterações promovidas pelo Decreto 11.835/2023, que altera a governança da CCEE. Estiveram presentes cerca de 90 representantes das empresas associadas



Breve síntese da proposta da Aneel está [disponível na versão anterior](#) do Relatório Semanal da Abraceel.

A visão do GT

Na reunião com as associadas, a Diretoria Executiva da Abraceel apresentou sugestões iniciais para aperfeiçoamento da proposta da Aneel acerca da Convenção de Comercialização no que tange à governança da CCEE. Uma das propostas pondera que quaisquer serviços prestados pela CCEE que tragam riscos financeiros e/ou tenham fins lucrativos devem ser aprovados pela Aneel e pela Assembleia Geral. Sobre esse ponto, as associadas sugeriram complemento: para atividades que gerem lucro, o resultado deve ser utilizado para abater o valor do orçamento pago pelos agentes.

Assembleia Geral

A respeito do orçamento da CCEE, a Diretoria Executiva sugeriu que o orçamento possa ser aprovado no CAd somente quando a proposição da Diretoria da CCEE não ultrapasse o reajuste do IPCA nos 12 meses precedentes. Caso isso ocorra, a deliberação do orçamento passaria a ser responsabilidade da Assembleia Geral. As associadas concordaram com a proposição.

As associadas apoiaram ainda a proposta da Aneel para que a Assembleia Geral eleja e destitua os membros da Diretoria da CCEE.

Pelo modelo de governança instituído pelo Decreto 11.835/2023, não existe mais a vaga de conselheiro indicada pelo conjunto dos agentes. Para suprir tal lacuna, a sugestão da Abraceel é que uma das quatro vagas a ser indicada pelo governo ocorra pela escolha de um nome entre uma lista tríplice, fornecida pelo conjunto dos agentes e validada previamente por um comitê de pessoas.

Para isso, também deverá ser sugerido pela Abraceel em sua contribuição a criação desse comitê de pessoas, integrado por representantes dos agentes da Câmara e pelo Diretor-Presidente da CCEE, órgão de função não deliberativa, com o objetivo de validar a indicação de membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da CCEE.

Conselho de Administração

A respeito do Conselho de Administração, os representantes das associadas ponderaram a necessidade de detalhar como será assegurada não coincidência dos mandatos dos membros do Conselho de Administração, inclusive do primeiro conselho, exigida pelo Decreto. No entendimento geral, há dificuldade para implementação dessa determinação, sobretudo na primeira composição do CAd.

Também foi pedido o detalhamento de como e quando os membros suplentes do CAd exercerão seu papel, qual será a sua remuneração, como será paga, sendo adequado que não haja pagamento em duplicidade de titulares e suplentes.

A Abraceel sugeriu, ainda, que na hipótese de até 30% do conselho ser composto por diretores, acumulando os cargos, uma vaga deverá, no mínimo, ser destinada à indicação dos agentes, com rotatividade entre as categorias. Adicionalmente, propôs que o Diretor-Presidente não possa ser o presidente do Conselho de Administração e que essa regra da cumulatividade valha apenas para composição da primeira diretoria.

Ademais, foi sugerido pela Associação que a remuneração do Conselheiro de Administração não poderá superar 20% do salário de diretor. Tais pontos foram apoiados pelo GT.

Diretoria

A Diretoria é o órgão executivo da CCEE e será composta por até seis vagas. A sugestão da Abraceel é que uma delas, obrigatoriamente, seja a Diretoria de Segurança e Monitoramento do Mercado, responsável pela segurança e monitoramento do mercado, segurança da informação, registro de casos atípicos e ações realizadas.

Por fim, também deverá ser proposto a criação de um comitê consultivo de segurança de mercado, órgão de função não deliberativa, com objetivo de assessorar a Diretoria de Segurança e Monitoramento do Mercado. Tal medida foi instituída pela Aneel durante o “período sombra” do novo programa de monitoramento do mercado.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida [aqui](#). A minuta de contribuição foi enviada ao GT e, dado o curto prazo para manifestações dessa CP, recebe sugestões dos associados até hoje, dia 08.03.

Na próxima segunda-feira, 11.03, às 15h, o Conselho de Administração da Associação realiza reunião aberta à participação dos associados para deliberar sobre a contribuição e atuação da Abraceel na Consulta Pública 05/2024 da Aneel. Os dados de conexão foram enviados aos representantes.

#AbraceelExplica

Nota Técnica da Aneel estabelece frentes de trabalho com foco em concorrência isonômica no mercado

A Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado (SFF) da Aneel divulgou nota técnica sobre as ações aplicáveis ao monitoramento das práticas dos agentes do mercado de energia elétrica, com foco em análise da concorrência e concentração econômica e da comercialização de energia elétrica, buscando melhorias normativas e processuais.

Motivação

Em maio de 2023, o Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, enviou memorando à SFF pelo qual solicitou a apresentação de um plano de ação com o objetivo de aprimorar os processos de monitoramento das práticas dos agentes do mercado elétrico, incluindo o estímulo à concorrência entre os agentes e a identificação de barreiras para a concentração econômica. Outro tema demandado foi a avaliação de problemas concorrenciais na migração de consumidores cativos para o mercado livre.

Abordagem do Cade

Ao analisar atos de concentração, a SFF discorre que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pode observar aspectos tais como: mercado relevante, sobreposição horizontais, possibilidade e probabilidade de exercício de poder de mercado, integrações verticais e possibilidade de fechamento de mercado.

Vale lembrar que houve tratativas para celebração de acordo de cooperação técnica entre Aneel e Cade, iniciadas em 2016, porém sem êxito.

Relação entre CVM e setor elétrico

A nota técnica analisa ainda aspectos referentes à atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem o propósito de zelar pelo funcionamento eficiente, pela integridade e pelo desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a promover o equilíbrio entre a iniciativa dos agentes e a efetiva proteção dos investidores.

A CVM não observa as repercussões no mercado à vista do produto físico, a própria energia elétrica, mas regula instrumentos financeiros que surgem desse mercado, os derivativos de energia.

Argumenta-se que, além de ações das empresas e dos derivativos de energia elétrica, o mercado de energia elétrica pode fomentar investimentos em diversos outros instrumentos financeiros no mercado de capitais. O convênio da Aneel com a CVM foi firmado em 2011, com prazo indeterminado (ainda vigente).

Desverticalização das empresas

Na nota técnica, a SFF aponta que, de acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA), para que a concorrência se desenvolva nos mercados da energia elétrica, as atividades tipicamente monopolistas, como a transmissão e a distribuição, necessitam ser efetivamente separadas das atividades potencialmente competitivas, como a geração e comercialização.

A principal razão para a separação das atividades é evitar práticas anticoncorrenciais, pois, caso contrário, as empresas teriam incentivo para usar o poder de monopólio contra os concorrentes. Nessa linha, a separação vertical objetiva limitar a capacidade e o incentivo dos monopólios para distorcer a concorrência.

Uma forma possível dessas práticas, analisa a nota técnica, surge quando o proprietário da rede de distribuição é também um concorrente no mercado de atendimento ao usuário final - especialmente o varejo. O agente distribuidor pode se beneficiar de vantagem competitiva significativa em relação a participantes independentes por meio de requisitos técnicos desnecessários e atrasos processuais. É pontuado também que o agente de distribuição local se beneficia do poder de mercado horizontal, pois tem relação já estabelecida junto aos consumidores, além do acesso a informações sobre os consumidores.

Contudo, a SFF aponta que, no setor elétrico brasileiro, é possível que um mesmo grupo econômico atue em todos os segmentos por meio de empresas controladas ou coligadas. A existência de grupos econômicos de grande envergadura pode, na visão da Superintendência, implicar prejuízos ao atingimento do objetivo central da desverticalização preconizada em lei, como o fortalecimento da concorrência.

A SFF explica que a Aneel utiliza, como ferramenta de controle de cadeia societária, um sistema na forma de webservice, o Polímero.

Poder de mercado

A nota técnica explica que poder de mercado, pela referência bibliográfica, é a capacidade de um fornecedor individual ou grupo de fornecedores manter os preços acima dos níveis competitivos por um período significativo de tempo.

O abuso significa exercer o poder de mercado além de níveis ou valores de referência permitidos, conduzindo assim a preços que não são considerados justos e razoáveis, o que pode resultar em perdas de bem-estar social, bem como em grandes transferências de riqueza dos compradores para os vendedores.

Os EUA, segundo a nota técnica, normalmente não definem diretamente o termo abuso de poder de mercado. Em vez disso, tendem a identificar condições estruturais condizentes ao exercício do poder de mercado ou práticas específicas que devem ser mitigadas.

Além disso, o documento apresentou, de forma sucinta, a forma como cinco operadores de mercado atacadistas norte-americanos lidam com mecanismos de mitigação do poder de mercado.

Concentração econômica implica em ineficiência econômica no mercado livre

Após apresentar o crescimento do mercado livre de energia ao longo dos anos, a nota técnica cita o white paper dos autores Fernando Colli, Victor Gomes e Juliana Munhoz, que recomenda medidas para a redução da assimetria de informações para os consumidores:

- Website mantido por instituição pública com comparação de preços dos varejistas;
- Padronização de produtos;
- Padronização da fatura de energia, para permitir a comparação de competidores;
- Regulamentação de conduta de comercializador varejista, com restrição para venda e marketing conjunto da atividade de varejista com atividades reguladas;
- Separação completa (desverticalização jurídica) entre as atividades da distribuidora e da comercializadora varejista com proibição do acesso pela comercializadora varejista da distribuidora às informações detidas pela distribuidora;
- Proibição que distribuidora e comercializadora varejista utilizem a mesma marca.

Mecanismos competitivos já normatizados

O mercado brasileiro de energia elétrica já conta com mecanismos de regulação de cunho competitivo que merecem ações de monitoramento quanto aos aspectos da competitividade, sendo eles, o serviço ancilar de despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa, programa de resposta da demanda, exportação de energia elétrica proveniente de usinas termelétricas e de usinas hidrelétricas e importação de energia elétrica, segundo a nota técnica.

Além disso, são citados exemplos de relatórios publicados por operadores americanos que analisam o desempenho da competição do mercado de energia elétrica. Informa também que os relatórios divulgados pelo ONS e CCEE dão transparência às operações, mas não contêm análises críticas a

respeito de práticas passíveis de serem enquadradas como anticoncorren- ciais. Desse modo, pode-se avaliar a pertinência de contar com relatórios que contribuam para as ações de regulação e fiscalização.

Monitoramento da comercialização

Atualmente, a atividade de monitoramento da comercialização de energia elétrica está centrada no acompanhamento da conformidade das condu- tas dos agentes setoriais ao arcabouço normativo.

Assim, a definição e tipificação das condutas anômalas no âmbito do mo- nitoramento da comercialização é um aprimoramento desejável às regras de regulação e fiscalização, o qual deverá oportunamente ser discutido com a sociedade.

Ademais, o início do monitoramento prudencial pela CCEE e o período sombra fornecerão subsídios para a avaliação da necessidade de novos re- quisitos, podendo ser desenvolvidas novas formas de monitoramento dos riscos associados ao mercado livre.

O monitoramento da comercialização realizado pela SFF está focado no aprimoramento normativo e em melhorias processuais.

Frentes de trabalho a serem conduzidas pela SFF

Por fim, o documento apresenta as propostas de frentes de trabalho a se- rem conduzidas pela SFF relativas ao monitoramento (i) das práticas dos agentes do setor de energia elétrica, com foco em análise da concorrência e concentração econômica e (ii) da comercialização de energia elétrica, com foco em melhorias normativas.

Análise da concorrência e concentração econômica na “entrada”

Avaliação do potencial ou real abuso de poder de mercado quando da en- trada de empresas em negócios, por meio, por exemplo, de migração de consumidor para o mercado livre de energia ou da adesão ao sistema de compensação de energia elétrica (SCEE) de MMGD.

Análise da concorrência e concentração econômica na operação e comer- cialização

Avaliação do potencial ou real abuso de poder de mercado e concorrência desleal exercida quando da comercialização de energia, como na forma- ção do PLD.

Análise da concorrência e concentração econômica em mecanismos com- petitivos

Avaliação do potencial ou real abuso de poder de mercado e concorrência desleal exercida em mecanismos regulados em ambiente originalmente concebido para favorecer a competição.

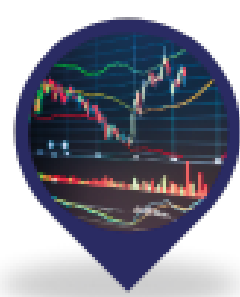
Relatórios analíticos periódicos

Normatização para elaboração e publicação de relatórios, por instituições do setor elétrico, com diagnóstico pormenorizado da concorrência e con- centração econômica e recomendações de atuação à Aneel.

Monitoramento da comercialização de energia elétrica

Acompanhamento da conformidade das condutas dos agentes, realização de análises para instaurar processos administrativos punitivos, a regulação de condutas anômalas, o monitoramento prudencial dos riscos associados ao mercado livre e o desenvolvimento do monitoramento da sustentabilidade de comercializadoras.

A nota técnica, cuja recomendação final é de encaminhamento ao Diretor-Geral da Aneel, está disponível [aqui](#).



PERÍODO SOMBRA

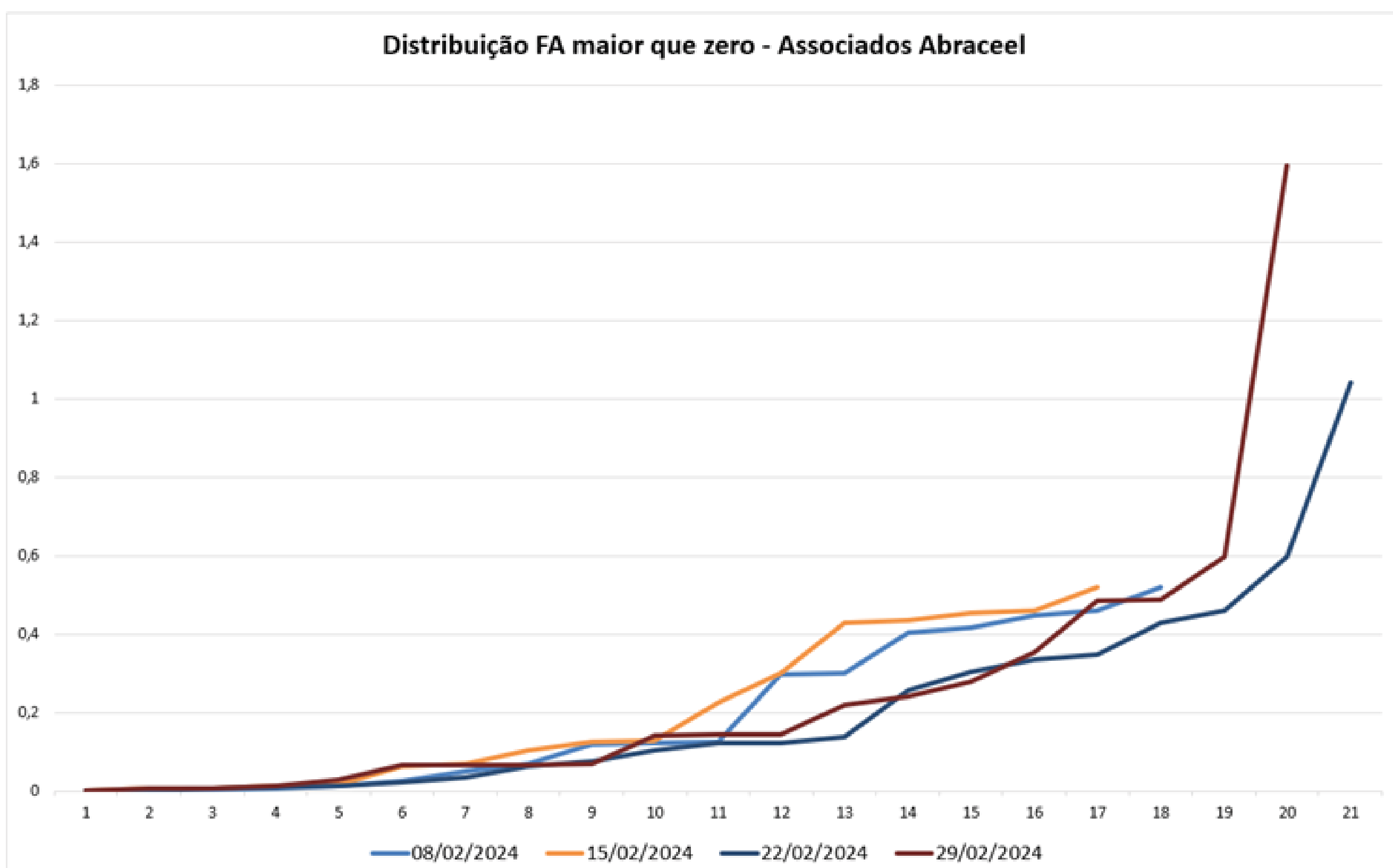
MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	29.02
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	90%
Autoprodutor	98%
Gerador	92%
Produtor Independente	99%
Consumidor Livre	95%
Consumidor Especial	96%

Associadas Abraceel	29.02
Não Enviaram	1%
PL negativo	3%
FA zero	77%
FA maior que zero	19%
Média FA (maior que zero)	0,2511
Média FA	0,05
Desvio Padrão	0,19

Comercializadores	29.02
Não Enviaram	10%
PL negativo	5%
FA zero	72%
FA maior que zero	13%
Média FA (maior que zero)	0,3517
Média FA	0,05
Desvio Padrão	0,35



ABRACEEL NA MÍDIA

Mercado livre de energia economizou R\$ 48 bi em 2023, diz entidade

Fonte: Poder 360

[Acesse aqui](#)

Brasil melhora em ranking que avalia liberdade do consumidor de energia

Fonte: Diário do Comércio- MG

[Acesse aqui](#)

Energia elétrica pode ficar até 20% mais barata com livre negociação

Fonte: Correio do Estado

[Acesse aqui](#)

Brasil sobe seis posições em ranking global que avalia liberdade do consumidor de energia

Fonte: Energia Hoje

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Abertura do mercado deve ocorrer essa década, avalia Rodrigo Ferreira, da Abraceel

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)

ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS



CURTAS

Melhores práticas: Copel deixa de exigir assinatura do CUSD para migração

A distribuidora Copel revisou sua norma interna referente ao procedimento de migração para o mercado livre de energia. A distribuidora eliminou a necessidade de haver assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) como parte integrante do processo de migração dos consumidores para o ambiente competitivo. Sendo assim, a Abraceel atualizou o panorama geral dos procedimentos para migração, realizado para analisar as exigências das dez principais distribuidoras do país, e verificar sua conformidade com a regulação. [Acesse o estudo atualizado.](#)

Panorama geral

Etapa	Forma	Benchmark	Preços regulados	CPFL	Calson	Light	Comig	Energisa	Copel	Neenergia	Enel	Odebrecht	Enel BR	Equatorial
Estimativa de contrato	Preço (dias)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Forma de perfuração	Preço (dias)	Não se aplica	-	-	30	-	-	15	-	-	-	-	-	-
Assinatura do CUSD	Preço (dias)	Não se aplica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diagrama unifilar	Preço (dias)	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Abertura do processo no CCEE	Preço (dias)	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abertura de conta no Boreto	Preço (dias)	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passar de localização	Preço (dias)	10/mês	10/mês	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Projeto de medição	Preço (dias)	-	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Vistoria do D	Preço (dias)	-	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Adequação do DSI	Preço (dias)	-	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
GMA	Preço (dias)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
GSA	Preço (dias)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Aprovação de adesão pelo CCEE	Preço (dias)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Publicação de norma na ANEEL	Preço (dias)	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5

Legenda:
 C - Consumidor
 D - Distribuidora
 CCE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
 Benchmark Abraceel
 Cordeiro de D de acordo com a regulação
 Cordeiro de D em desacordo com a regulação
 Cordeiro de D não menciona a etapa

Abraceel e CNI avançam em agenda para fomentar o mercado livre de energia

Em continuidade à reunião realizada no dia 22.02, Abraceel e CNI voltaram a conversar no dia 05.03 para discutir ações efetivas de promoção do funcionamento e dos benefícios do mercado livre de energia elétrica para indústrias brasileiras representadas pelas federações estaduais. As instituições avaliam a realização de iniciativas conjuntas.

Cpamp sugere mudança do CVaR e entregará estudos em março

No dia 06.03, a Cpamp realizou workshop com os agentes para apresentar os avanços das atividades do ciclo 2023-2024. O encontro contou com a apresentação da EPE, que indicou melhorias de performance e próximos passos para o avanço na representação individualizada em seus estudos. O Comitê informou que as avaliações prévias do Newave Híbrido foram concluídas e que os backtests, estudos prospectivos, avaliação de impactos e relatório final estão em andamento, com previsão de finalização ainda em março des-

te ano. O próximo passo é o envio dos documentos ao MME, com sugestão de abertura de consulta pública. Uma das principais conclusões dos estudos sobre o Newave Híbrido é a mudança do CVaR da família (25,XX) para a família (15,XX), de forma a permitir avaliação dos resultados de níveis de aversão ao risco mais amplos. Foi identificado também que o aumento da aversão ao risco implica maior geração térmica e maior energia armazenada, como esperado, sem aumentar o vertimento turbinável. A apresentação realizada está disponível na área restrita do [site da Abraceel](#).



Workshop da Equipe de Trabalhos Técnicos da CPAMP

Ciclo 2023/2024

Coordenação de Trabalhos Técnicos: **CCEE**

06/03/2024

CPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico

Membros: ANEEL ONS EEE

Assessoria Técnica: CCEE

CCEE estimula apoio a instituição que ampara crianças e adolescentes

A Abraceel passou a apoiar, com ações de comunicação e divulgação, uma iniciativa da CCEE que busca engajar colaboradores e parceiros em apoio ao [Instituto Fazendo História](#), instituição social de amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade familiar. Na iniciativa, a CCEE estimula que autores publiquem obras de quaisquer áreas de conhecimento e gêneros literários, de forma que os recursos obtidos com a venda das publicações sejam revertidos para o custeio da instituição apoiada pela Câmara. Nesse contexto, o conselheiro Marco Delgado acaba de [lançar o livro](#) Transformação Digital em Organizações Orientadas pelo Engajamento. O livro aborda aspectos práticos do processo de transformação digital, antecipado por contexto referencial teórico a respeito de consolidação da cultura organizacional, de fundamentos do trabalho colaborativo e sobre a perspectiva histórica a respeito da formação das corporações empresariais no ambiente capitalista. O autor ainda busca refletir sobre a importância dos valores organizacionais e a relação intrínseca deles com os ideais de comportamento das pessoas que compõem a organização. Esse arcabouço permite compre-



ender que o ser humano é um elemento crucial para qualquer processo de transformação, na medida em que as organizações são organismos vivos. Delgado indica a participação da alta administração, por meio do exemplo, como elemento crucial para a transformação das corporações.

Missão Paris 2024: prazo para indicar participação foi prorrogado até 22.03 e Abbraceel promoverá live para esclarecimentos na próxima sexta-feira, 15.03, às 11h30. Participe!

A Abbraceel prorrogou as datas para a indicação e confirmação na Missão Paris 2024. Agora, os interessados têm até 22 de março para indicar sua participação, com a confirmação final até 5 de abril. A etapa de indicação é importante para que a Associação possa dimensionar a Missão. Além disso, a Associação organizou uma live exclusiva no dia 15.03, às 11h30, com Alexandre Viana, COO da Thymos Energia, e João Carlos, Diretor-Presidente da CIGRE Brasil, para esclarecimentos e dúvidas dos associados. [Acesse aqui](#) a informação completa sobre a missão Paris. Esclarecimentos podem ser tratados diretamente com o Vice-Presidente Executivo da Abbraceel, Frederico Rodrigues, frederico@abbraceel.com.br



Abbraceel e Volt Robotics discutem prioridades da agenda de propostas do Fase

No dia 04.03, a Abbraceel reuniu-se com Donato Filho, CEO da Volt Robotics, para debater as prioridades da agenda de propostas elaborada para o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase). Donato esclareceu que os critérios de prioridade escolhidos foram estabelecidos principalmente para fomentar o debate. O consultor identificou grande potencial para o aproveitamento dos excedentes de energia, que poderia iniciar a criação de novos mercados e a expansão do setor elétrico. Foram debatidos temas como hidrogênio, veículos elétricos, geração distribuída, crescimento dos encargos e abertura do mercado.

Abbraceel e BIP discutem o open energy

Em 07.03, a Associação se reuniu com sócios da BIP, consultoria de origem italiana que tem vasta experiência na implementação do open finance e open insurance no Brasil, para discutir a implementação do open energy no país.

Abraceel explica agenda do mercado em evento da associada Engie

Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, palestrou na convenção comercial da Engie, realizada no dia 05.03, em Florianópolis, quando apresentou a pauta prioritária do mercado livre de energia com foco na nova fase de abertura, concentrada em todos os consumidores do Grupo A.



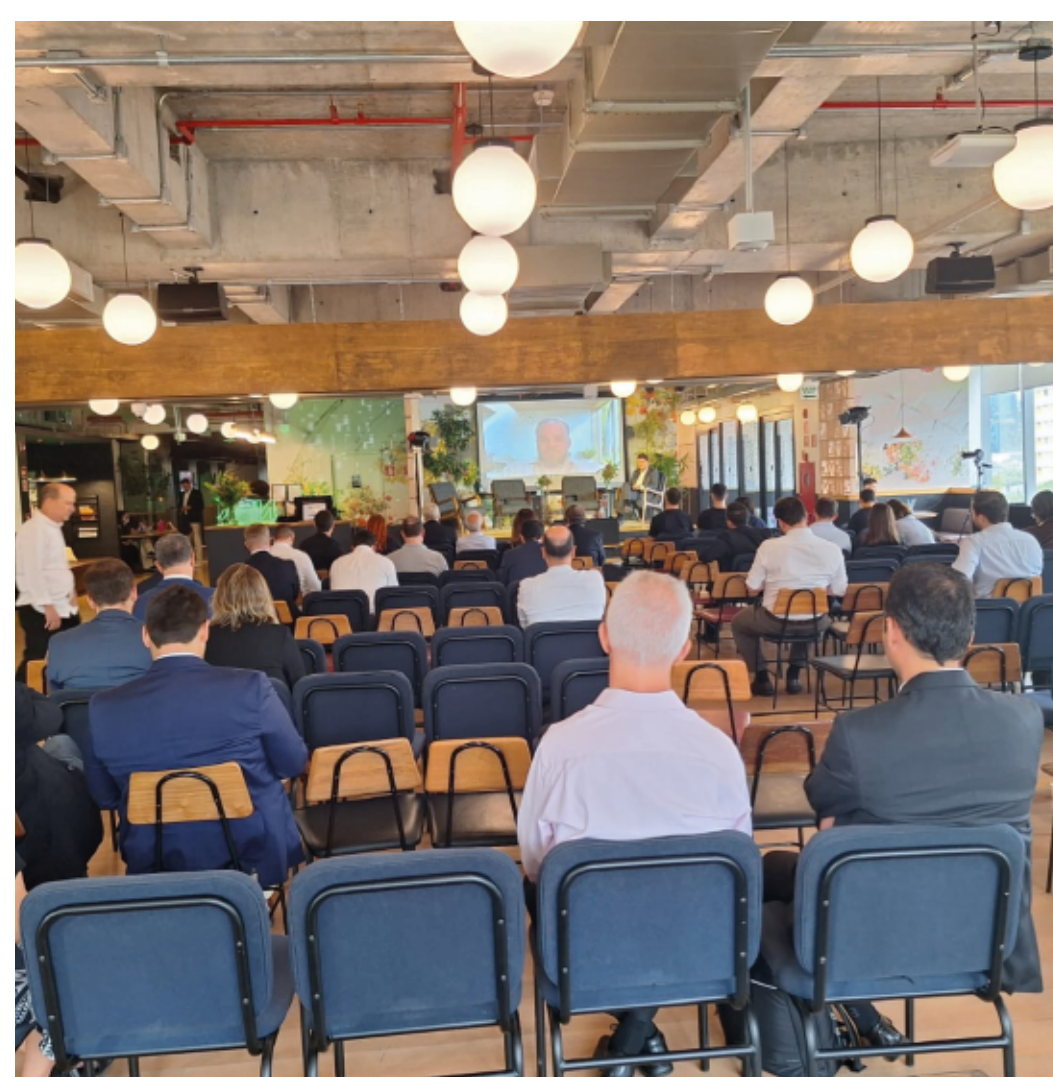
BBCE comemora 12 anos e planeja iniciativas para expandir mercado de derivativos

A Abraceel esteve presente no evento de celebração do aniversário de 12 anos da BBCE, realizado no dia 01.03, em São Paulo. Alexandre Thorpe, Presidente da BBCE, apresentou a visão da instituição para os próximos anos e convidou os presentes a trabalhar juntos para desenvolver o mercado de derivativos de energia, que vem apresentando resultados crescentes nos primeiros meses de 2024. A Abraceel dialoga com a BBCE para a organização de ações de comunicação para disseminar o funcionamento, benefícios e potencial dos derivativos de energia no Brasil.



Em SP, Abraceel debate desafios para atender consumidores na abertura do mercado

A Abraceel participou do evento N5X Summit 2024, organizado em São Paulo pela empresa de energia recém-lançada no Brasil, em painel dedicado a discutir desafios das comercializadoras para escalar a aquisição e atendimento dos novos clientes no contexto da nova fase de abertura do mercado elétrico no Brasil, que envolve consumidores atendidos em média e baixa tensão. José Casadei, Diretor de Comunicação da Abraceel, entrevistou Cláudio Ribeiro, presidente da 2W Ecobank, para debater estratégias para conquistar e reter consumidores, medidas para atender clientes com perfis distintos e visão sobre avanços futuros no processo de abertura do mercado elétrico.



Abraceel passa a contar com 109 associadas

Número sofreu alteração após a saída da Vale essa semana.

MME abre CP sobre Leilão de Reserva de Capacidade

No dia 08.03, o MME abriu a Consulta Pública 160/2024, que apresenta a minuta da Portaria Normativa contendo as diretrizes para a realização do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2024 (LRCAP), destinado à contratação de potência elétrica proveniente de empreendimentos de geração, sejam eles novos ou existentes. As contribuições podem ser enviadas até o dia 28 de março. Para acessar os documentos, [clique aqui](#).

Abraceel e CPFL discutem Economizômetro e consulta externa do ONS

No dia 05.03, a Abraceel reuniu-se com membros da CPFL para tirar dúvidas da associada acerca da confecção do Economizômetro, ferramenta feita pela Abraceel disponível no site da Associação, que mostra o valor economizado, em reais, pelo mercado livre em relação ao cativo. Na mesma semana, no dia 07.03, houve nova reunião para discutir alguns pontos levantados pela associada sobre a consulta externa do ONS acerca da atualização dos procedimentos de rede relacionados ao PMO e CMO. Um dos pontos levantados pela CPFL diz respeito às usinas que não são simuladas individualmente. A prática corrente de basear a representação da geração dessas usinas em uma média histórica dos últimos cinco anos foi identificada como problemática, especialmente porque não leva em consideração os efeitos de constrained-off. Isso pode levar a uma indicação imprecisa na necessidade de contratação de mais energia no planejamento da operação. A contribuição da CPFL propõe a utilização de uma geração recomposta, que exclui os efeitos do constrained-off para refletir mais precisamente a realidade operacional. Outro ponto de atenção levantado refere-se à falta de um plano de contingência para os novos modelos semi-horários e de edição semanal do PMO, especialmente em face da possibilidade de indisponibilidade dos dados meteorológicos. A CPFL sugere que o ONS defina um plano de contingência para garantir a continuidade da operação sob essas condições, possivelmente adotando o último dado meteorológico disponível em caso de falta dos dados oficiais. A Abraceel irá analisar os pleitos levantados pela associada e avaliar sua inserção em sua contribuição final à consulta.

Aneel abre CP para aperfeiçoar os processos decisórios do ONS

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a abertura de consulta pública de 47 dias, entre 07.03 e 22.04, para aperfeiçoamento dos processos decisórios do ONS, alinhando-se aos procedimentos já existentes na CCEE. Após o término da consulta, espera-se uma revisão dos procedimentos de rede em até 120 dias. O diretor da Aneel, Ricardo Tili, mencionou que a consulta visa padronizar processos, focando em temas específicos da pós-operação e não interferindo na operação em tempo real. A intenção é clarear as definições regulatórias e fortalecer a segurança jurídica. A consulta também procura diferenciar formalmente os procedimentos do ONS e da CCEE, promovendo isonomia entre os agentes. Os tópicos do ONS abordados na proposta incluem a verificação da indisponibilidade de usinas, res

trições operativas, sobrecarga em instalações de transmissão, assim como parcelas de ineficiência.

CURTAS - Gás Natural

Gás para Empregar: prorrogado por mais 30 dias prazo para propostas

Em 06.03, o MME publicou, no Diário Oficial da União (DOU), a prorrogação por mais 30 dias do Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT-GE). Com isso, o prazo para a conclusão dos trabalhos, cujas propostas deverão ser encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estava previsto para 8 de março, será estendido para 8 de abril de 2024.

Conselho de Carregadores debate prioridades para 2024

No dia 05.03, o Conselho de Carregadores de Gás Natural (CdU) se reuniu para discutir o planejamento de atividades do grupo no ano de 2024. Durante a reunião, foi estabelecida a agenda para o encontro subsequente com a Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasodutos (ATGÁS), momento em que está prevista a presença de transportadoras. A pauta incluiu a confecção de um contrato de transporte padrão, além de melhorias no Portal de Oferta de Capacidade (POC) e questões relacionadas à conta regulatória. Os participantes optaram por excluir a discussão sobre projeção tarifária do encontro, reconhecendo que essa questão se situa mais apropriadamente na jurisdição da ANP. A respeito do contrato de transporte, foi mencionado que a ANP tem solicitado padronizar esse documento. Como resposta, o CdU planeja organizar reunião entre a ANP e as transportadoras para debater a padronização necessária. Além disso, uma das principais demandas relacionadas à conta regulatória envolve a necessidade de aumentar sua publicidade, não apenas durante os períodos de cálculo tarifário. Essa reivindicação será claramente destacada na apresentação preparada para a próxima reunião.

CURTAS - Eventos e Cursos

CIER anuncia evento internacional de negócios em energia

Nos dias 16 e 17 de maio, em Bogotá, na Colômbia, acontecerá a “Macrorrueda Internacional de Negocios del Sector Energético”, evento organizado pela Câmara Colombiana de Energia e pelo Comitê Colombiano do CIER, que visa contribuir para o crescimento e desenvolvimento do setor energético, além de oferecer oportunidades para a expansão dos negócios e colaboração entre os agentes. Para mais informações e inscrição, [acesse o site](#).

I-REC Day Brazil anuncia sua 2ª edição

Evento líder em certificados de energia renovável no Brasil anuncia sua segunda edição, fortalecendo ainda mais as oportunidades dos certificados I-REC no mercado energético do país. Em colaboração com a Fundação I-REC Standard e o Instituto Totum, o evento convida profissionais dos setores elétrico e de biogás para um dia de networking estratégico e debates esclarecedores. Agendado para 21 de março de 2024 no Hotel Tivoli Mofarrej em São Paulo, o I-REC Day Brazil apresenta plataforma para construir relações significativas e discutir as tendências e desafios do setor energético. Associados da Abraceel têm desconto de 10% no ingresso utilizando o cupom ABRACEEL10, para mais detalhes do evento, [clique aqui](#).



Câmara elege os presidentes das comissões temáticas, mas falta de acordo no PSD posterga a decisão da Comissão de Minas e Energia (CME) para a próxima semana. Deputado Junior Ferrari (PSD-PA) é o nome mais cotado para assumir como Presidente da CME, mas a disputa é acirrada no partido. O foco da agenda do setor energético está no projeto de lei do combustível do futuro, que ainda não teve acordo para votação.

Projeto de lei da renovação das concessões das distribuidoras tem acordo na urgência, mas ainda não no mérito - a aprovação do requerimento de urgência do [PL 4.831/2023](#) (renovação das concessões das distribuidoras) foi visto como uma forma de o Congresso Nacional conseguir participar da discussão que, a princípio, não seria abordada na forma de um projeto de lei. Diante da expectativa de um decreto a ser enviado pela Casa Civil, os deputados federais, em sua maioria, concordaram em aprovar a urgência da matéria. Quanto ao mérito do texto, ainda não há acordo. Também não há sinalização de que a matéria seja deliberada antes da aprovação do projeto de lei que trata do combustível do futuro, que deve ser deliberado na próxima semana.

Pacote de PLs sobre a renovação das concessões de distribuição é apresentado – ainda sobre o tema, o deputado Hugo Legal (PSD-RJ) apresentou três projetos de lei:

[PL 444/2024](#): Dispõe sobre os indicadores e metas para avaliação da qualidade da prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica;

[PL 445/2024](#): Dispõe sobre a participação dos estados nos contratos de concessão das distribuidoras, constituição do Conselho Consultivo e das atribuições das agências estaduais conveniadas com a ANEEL;

[PL 446/2024](#): Dispõe sobre a disponibilidade e transparência de informações relacionadas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia.

Ao contrário do PL 4.831/2023, de autoria do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), os PLs apresentados pelo deputado Hugo Legal não abordam o mercado livre. De qualquer forma, a Abraceel segue acompanhado a discussão de perto, defendendo a agenda do mercado livre de energia.

Medidas provisórias continuam sem definição - o setor tem aguardado o envio de medidas provisórias por parte do Poder Executivo. No ano passado, houve menção à possibilidade de encaminhamento de dez medidas provisórias e, mais recentemente, esse número teria sido reduzido para três. Em entrevista no dia 01.03, o Ministro de Minas e Energia fez menção a apenas uma, mas não deu prazo para seu envio. Adiantou apenas que seria uma medida mais estrutural, que resolvesse a questão das tarifas das distribuidoras. [Veja mais aqui.](#)

Comissão de Minas e Energia (CME) adia para a próxima semana a eleição do seu presidente - na última quarta-feira, a Câmara definiu o presidente de quase todas as suas comissões temáticas. O PSD, partido do ministro de Minas e Energia, ficou com a presidência da CME e o deputado Junior Ferrari (PSD-PA) é o nome mais cotado para assumir o cargo. Há, no entanto, intensa disputa interna no partido pela vaga. Na próxima quarta, às 10h, o nome deve ser definido. A CME é o local por onde são deliberadas as matérias que envolvem a temática do setor de energia.

Legislativo aguarda o envio dos projetos da reforma tributária - os projetos de lei complementares sobre a reforma tributária serão encaminhados em março, declarou o ministro Fernando Haddad, da Fazenda. Haddad afirmou que o envio depende de trabalhos de estados e municípios para definir temas do IBS. Os projetos visam promover alterações significativas no sistema tributário brasileiro, buscando simplificação e maior equidade. A reforma tributária sobre o consumo deve contar com quatro anteprojetos:

- Lei geral do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços);
- Comitê Gestor do IBS;
- Imposto Seletivo;
- Processo administrativo fiscal.

Veja mais [aqui.](#)

PP e União Brasil podem formar federação partidária até 2026 - caso confirmada a federação, a bancada terá 109 deputados federais na Câmara dos Deputados, tornando-se a maior legenda. Isso significa que a aprovação de matérias por parte do Poder Executivo no Congresso Nacional exigirá maior habilidade para formação da base, já que PP e União nem sempre votam de forma alinhada ao governo. Já no Senado, a bancada teria 13 senadores, ficando atrás apenas do PSD. Veja mais [aqui.](#)

**Federação partidária - é uma forma de união entre diferentes partidos políticos com o objetivo de fortalecer sua representatividade e atuação no cenário político. Nesse modelo, os partidos mantêm sua autonomia e identidade, mas colaboram de maneira mais estreita em questões estratégicas, como eleições e atuação parlamentar. Essa aliança tem duração mínima de quatro anos, valendo após o período eleitoral, deferindo da coligação, que era extinta logo após as eleições. [Veja.](#)*

PRÓXIMA SEMANA

11.03 - Segunda-feira: Abraceel participa de reunião do Conselho de Carregadores de Gás com a Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasodutos (ATGÁS) para discutir o plano de trabalho 2024, às 10h;

Abraceel se reúne com a associada Atmo para aproximar as equipes institucionais e técnicas, às 11h;

Abraceel promove reunião do Grupo Técnico para debater a divulgação dos dados dos consumidores varejistas disponibilizados pela CCEE, às 11h;

Abraceel se reúne com a Firjan para discutir ações para promoção do mercado livre para a indústria fluminense, às 14h;

Reunião do Conselho de Administração se reúne para tratar da consulta pública da Aneel sobre convenção de comercialização, às 15h.

12.03 – Terça-feira: Abraceel participa do Workshop PSR, promovido pelo Grupo Canal Energia, no Rio de Janeiro.

13.03 - Quarta-feira: Abraceel participa do evento Agenda Setorial 2024, promovido pelo Grupo Canal Energia, no Rio de Janeiro;

Abraceel participa da 1ª Reunião Ordinária do Fórum do Gás, às 10h;

Abraceel realiza reunião com a associada Coprel para discutir a agenda do mercado de energia, às 12h30h;

Abraceel participa de reunião com a RZK Energia para apresentação da Associação, às 16h.

14.03 - Quinta-feira: Abraceel se reúne com a associada Gerdau para discutir o estudo da Associação sobre contratos legados, às 11h.

15.03 - Sexta-feira: Abraceel se reúne com o Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica (SGM), Alessandro Cantarino, para discutir a agenda regulatória da Aneel 2024-2025, às 10h;

Live, às 11h30h, para discutir e prestar esclarecimentos sobre os objetivos e o impacto da Missão Internacional da Abraceel 2024, em Paris, com Alexandre Viana, COO da Thymos Energia, e João Carlos, Diretor-Presidente da CIGRE Brasil. Os dados de conexão foram enviados por email aos associados.